



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º 20250827

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na RUA ITAMARATI S/N, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 28.559.363/0001-80, representado pelo Sr. LEONARDO DE OLIVEIRA CRUZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, portador do CPF nº 274.XXX.XXX-28 e, de outro lado, doravante designado simplesmente CONTRATADA, a empresa, **BOA COMPRA SUPERMERCADOS LTDA**, CNPJ 43.729.952/0001-53, com sede na AV SAO JOAO, QD47, LT01, JD EUROPA I, Canaã dos Carajás-PA, CEP 68356-565, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(o). JOAO PAULO DE CASTRO PAIM, portador do(a) CPF 025.XXX.XXX-81, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para **aquisição de utensílios de copa e cozinha para atendimento das demandas das unidades de ensino públicas municipais de Canaã dos Carajás, estado do Pará**, conforme estabelecido no Edital 006/2025, na Ata de Registro de Preços nº 20250600e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente estabelecem e vão a seguir mencionadas e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo licitatório N.º 007/2025/ FME-CPL, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei N.º 14.133/2021 e da Lei Complementar N.º 123/2006, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente instrumento é **aquisição de utensílios de copa e cozinha para atendimento das demandas das unidades de ensino públicas municipais de Canaã dos Carajás, estado do Pará**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
253293	ASSADEIRA EM ALUMÍNIO, RETANGULAR, BORDA ALTA, ALUMÍ NIO 60X40CM* ASSADEIRA EM ALUMÍNIO DE EXCELENTE QUALIDADE, NO FORMATO RETANGULAR, COM ALÇAS, PODENDO SER UTILIZADO EM QUALQUER FORNO. MATERIAL: ALUMÍNIO, MEDIDAS: 60CM COMPRIMENTO X 40CM LARGURA X 5,5 ALTURA	UNIDADE	75,00	71,350	5.351,25
253302	BATERIA 1,5V AG13 PARA TERMÔMETRO CULINÁRIO.	UNIDADE	75,00	0,930	69,75
253308	CAÇAROLA ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO C/ TAMP, 41 LITROS PRODUZIDA EM ALUMÍNIO FUNDIDO BATIDO GROSSO E RESISTENTE N60 SUPER POLIDAS COM TAMP GROSSA NO MESMO MATERIAL DA PANELA, SEM EMENDAS NAS ALÇAS MACIÇAS, ESPESSURA DE 4 MM (GROSSA). DIÂMETRO DE 60 CM, ALTURA: 20 CM.	UNIDADE	50,00	250,050	12.502,50
253310	CAÇAROLA ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO C/ TAMP, 60 LITROS - COTA RESERVA PRODUZIDA EM ALUMÍNIO FUNDIDO BATIDO GROSSO E RESISTENTE N70 SUPER POLIDAS COM TAMP GROSSA NO MESMO MATERIAL DA PANELA. DIÂMETRO: 70CM, ALTURA: 22CM ESPESSURA DA 6 MM, ALÇA INTEIRIÇA.	UNIDADE	13,00	429,000	5.577,00
253320	CALDEIRÃO DE 38L - CALDEIRÃO FABRICADO COM ALTO PADR ÃO DE QUALIDADE EM ALUMÍNIO. PANELA POSSUI CABO FIXADO COM REBITES, GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA DURANTE O MANUSEIO. MEDIDAS (APROXIMADAS) ALTURA: 35 CM, DIÂMETRO (INTERNO): 38 CM, ESPESSURA: 2,20 MM CAPACIDADE: 38 LITROS, GARANTIA DE 3 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	50,00	137,500	6.875,00
253321	CANECA DE AÇO INOX 200ML MATERIAL EM AÇO INOX, RESISTENTE E INOXIDÁVEL, SEM DETALHES, CAPACIDADE 200 ML, COM ALÇA, BORDAS ARREDONDADAS.	UNIDADE	2.500,00	5,450	13.625,00
253324	COADOR DE CAFÉ GRANDE CABO DE ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO PLÁSTICO, MATERIAL FLANELA, TAMANHO 25CM DE DIÂMETRO E 45CM DE PROFUNDIDADE, MEDIDAS PODENDO VARIAR EM 5% (+/-).	UNIDADE	250,00	5,660	1.415,00
253326	COLHER DE SOPA - COTA PRINCIPAL SEM DETALHES NOS CABOS, COM MAIOR ESPESSURA E ACABAMENTO EM ALTO BRILHO. ACABAMENTO ARREDONDADO, SEM BORDAS CORTANTES.	UNIDADE	11.250,00	2,550	28.687,50
253327	COLHER DE SOPA - COTA RESERVA	UNIDADE	3.750,00	2,550	9.562,50



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

253336	EM AÇO INOX DE QUALIDADE ,SEM DETALHES NOS CABOS, COM MAIOR ESPESSURA E ACABAMENTO EM ALTO BRILHO. ACABAMENTO ARREDONDADO, SEM BORDAS CORTANTES." CUBA GASTRONÔMICA DE INOX GN 1/1X200 COM ALÇAS E TAM UNIDADE PA (53X32,5X20)* MATERIAL RESISTENTE, 100% EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 201, NÃO SOLTAR RESÍDUOS NOS ALIMENTOS. ESTAMPAGEM MONOBLOCO (SEM SOLDA), PROPORCIONANDO HIGIENE E DURABILIDADE. PADRONIZADA PELA NORMA EUROPEIA EN-631. POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS, ALÇAS E PAREDES LISAS QUE FACILITAM A LIMPEZA. COM ALÇA. SUPORTAR BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS SEM DEFORMAR E RESISTE A OPERAÇÕES BRUSCAS, ALÉM DO ALTO NÍVEL DE DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES: COMPRIMENTO: 53CM, LARGURA: 32,5 CM, ALTURA: 15CM, CAPACIDADE: 27,5 LITROS .	125,00	141,170	17.646,25
253337	CUBA GASTRONÔMICA INOX 1/1 53X32,5X150 COM ALÇA E TA UNIDADE MPA (53X32,5X15)* MATERIAL RESISTENTE, 100% EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 201, NÃO SOLTAR RESÍDUOS NOS ALIMENTOS. ESTAMPAGEM MONOBLOCO (SEM SOLDA), PROPORCIONANDO HIGIENE E DURABILIDADE. PADRONIZADA PELA NORMA EUROPEIA EN-631. POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS, ALÇAS, TAMPA E PAREDES LISAS QUE FACILITAM A LIMPEZA. COM ALÇA. SUPORTAR BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS SEM DEFORMAR E RESISTE A OPERAÇÕES BRUSCAS, ALÉM DO, ALTO NÍVEL DE DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 21 LITROS, . COMPRIMENTO: 53CM, LARGURA: 32,5, ALTURA: 20CM, ESPESSURA: 0,7MM, PESO: 1000G.	125,00	125,640	15.705,00
253338	"CUBA GASTRONÔMICA INOX GN 1/1X100 COM ALÇA E TAMPA UNIDADE (53X32,5X10)* MATERIAL RESISTENTE, 100% EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 201, NÃO SOLTAR RESÍDUOS NOS ALIMENTOS. ESTAMPAGEM MONOBLOCO (SEM SOLDA), PROPORCIONANDO HIGIENE E DURABILIDADE. PADRONIZADA PELA NORMA EUROPEIA EN-631. POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS, ALÇAS, TAMPA E PAREDES LISAS QUE FACILITAM A LIMPEZA. SUPORTAR BAIXAS E ALTAS TEMPERATURAS SEM DEFORMAR E RESISTE A OPERAÇÕES BRUSCAS, ALÉM DO ALTO NÍVEL DE DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES: COMPRIMENTO: 53 CM, LARGURA: 32,5 CM, ALTURA: 10CM, TIPO DE AÇO: AISI 201, ESPESSURA: 0,7 MM, CAPACIDADE: 13 LITROS, PESO: 0,92 KG.	100,00	103,910	10.391,00
253339	CUSCUIZEIRO INDUSTRIAL 20L - COMPRIMENTO 39CM E ALTUR UNIDADE A 34CM	25,00	107,990	2.699,75
253341	DESCASCADOR DE LEGUMES, PVC BRANCO, MANUAL UNIDADE	125,00	8,600	1.075,00
253342	ESCORREDOR DE MACARRÃO GRANDE 40L UNIDADE ESCORREDOR DE MASSA E MACARRÃO GRANDE PROFISSIONAL EM ALUMÍNIO POLIDO, REFORÇADO. COM FURO NAS LATERAIS E NA PARTE INFERIOR, COM ALÇAS NAS LATERAIS. DIMENSÕES: DIÂMETRO: 50CM, ALTURA 37CM, CAPACIDADE: 40 LITROS .	50,00	103,000	5.150,00
253354	JARRA, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 2,5L* UNIDADE MODELO COM TAMPA E GRADUADA, ALTURA 22CM, DIÂMETRO INFERIOR 13 CM.	100,00	11,150	1.115,00
253355	LEITEIRA ALUMÍNIO FUNDIDO 2L - CANEÇÃO REFORÇADO EM UNIDADE ALUMÍNIO FUNDIDO CANEÇÃO REFORÇADO EM ALUMÍNIO FUNDIDO ALÇAS DE BAQUELITE REFORÇADA PARA NÃO QUEIMAR AS MÃOS BONITO E RESISTENTE ALTA DURABILIDADE MANTÉM O CALOR POR MAIS TEMPO NÃO SOLTA MATERIAL DIFÍCIL DE AMASSAR DIFÍCIL DE QUEBRAR ESPESSURA EM TORNO DE 4MM BOCA 16CM. ALTURA 13CM	25,00	30,810	770,25
253356	LEITEIRA ALUMÍNIO FUNDIDO 4,5L UNIDADE CANEÇÃO REFORÇADO EM ALUMÍNIO FUNDIDO ALÇAS EM BAQUELITE REFORÇADA ALTA DURABILIDADE MANTÉM O CALOR POR MAIS TEMPO NÃO SOLTA MATERIAL DIFÍCIL DE AMASSAR E QUEBRAR.	75,00	41,060	3.079,50
253357	LUVA TÉRMICA 2 DEDOS 45 CM COR AZUL. UNIDADE LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM FIBRA DE POLIÉSTER (NONTACK) E GRAFATEX , POLIÉSTER DE 4 FIOS. MODELO 2 DEDOS, PUNHO LONGO, COMPRIMENTO TOTAL 45 CM, TEMPERATURA DE CONTATO DE -25°C ATÉ 250°C (DURANTE 15 SEGUNDOS) .	20,00	26,750	535,00
253358	LUVAS DE SILICONE TRANSPARENTE, DESCARTÁVEIS M, CAIX CAIXA A COM 50 PARES.	500,00	10,200	5.100,00
253359	LUVAS DE SILICONE TRANSPARENTE, DESCARTÁVEIS G, CAIX CAIXA A COM 50 PARES	750,00	11,190	8.392,50
253371	PRATO DE VIDRO - C.P UNIDADE PRATO DE VIDRO FUNDO, TRANSPARENTE, LISO. VIDRO TEMPERADO, INCOLOR. DIÂMETRO: 22 CM- ALTURA: 3 CM. - PESO: 375 G. (SUPERIOR OU DE MELHOR QUALIDADE À DURALEX /NADIR)	11.250,00	4,670	52.537,50
VALOR GLOBAL R\$			207.862,25	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 02 de setembro de 2025 e extingue-se em 31 de dezembro de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 207.862,25** (duzentos e sete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2025.

7.2 Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
--

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado Sr^a **Elda dos Santos Araujo** CPF nº 823.XXX.XXX-97, Secretária Municipal de Educação, nomeado pela portaria nº 008/2025 -SEMED/GS;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei N.º 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2** decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N.º 8.078, de 1990);
- 9.3** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade, via sítios eletrônicos oficiais, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei N.º 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei N.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei N.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei N.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei N.º 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30.% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei N.º 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei N.º 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei N.º 14.133, de 2021)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei N.º 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei N.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei N.º 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei N.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei N.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei N.º 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei N.º 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei N.º 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Exercício 2025 Atividade 1527.123611395.2.161 Manter as Unidades de Ensino Fundamental, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.21, no valor de **R\$ 104.409,40**, Exercício 2025 Atividade 1527.123651394.2.167 Manter a Educação Infantil, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.21, no valor de **R\$ 103.452,85**. Fonte: 15001.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei N.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei N.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei N.º 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei N.º 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Canaã dos Carajás - Pará, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei N.º 14.133/21.

Canaã dos Carajás - Pará, em 02 de setembro de 2025.


FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ(MF) 28.559.363/0001-80
CONTRATANTE

BOA COMPRA SUPERMERCADOS LTDA
CNPJ 43.729.952/0001-53
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1ª NOME: _____

2ª NOME: _____